

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028301-3

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

2025/00655648-0

26/06/2025 14:47:17

JUCERJA

Último arquivamento:

00005711013 - 27/09/2023

NIRE: 33.3.0028301-3

SECAR PARTICIPAÇÕES S/A

Boleto(s): 105119155

Hash: D53F57DE-F74F-480B-85FD-ED1C47F22ECF

Orgão	Calculado	Pago
Junta	1000,00	1000,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SECAR PARTICIPAÇÕES S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
020	1	Alteração / Alteração de Nome Empresarial
051	1	Alteração / Consolidação de Contrato / Estatuto
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

Requerente

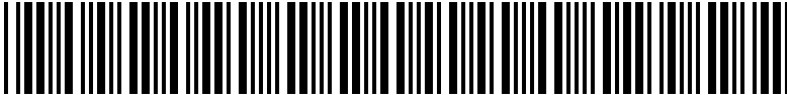
Nome:	SERGIO HABIB
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	21970062686
E-mail:	orgaospublicos@gruposhc.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	26/06/2025
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

26/06/2025

Data



2025/00655648-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: SECAR PARTICIPAÇÕES S/A

Nome Novo: SECAR PARTICIPACOES SA

NIRE: 333.0028301-3 Protocolo: 2025/00655648-0 Data do protocolo: 01/07/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 02/07/2025 SOB O NÚMERO 00007060289 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 90D2EFFFFA9666C1C9BA616EE70F358C2C504AF8383E428C62125C94AB50F9A74

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



SECAR PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ: 08.987.114/0001-89

NIRE 33.300.283.013

Ata de Assembléia Geral Extraordinária

Data, Horário e Local: aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de Abril de 2025, às 18 horas, na sede social localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, situada na Avenida das Américas, nº 1.155 – Sala 405 – Barra da Tijuca - Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22631-000. **Presença:** Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social. **Convocação:** dispensada, devido à presença de todos os acionistas. **Mesa:** Presidência - **Sr. Sergio Habib**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.566.848 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 006.315.928-73, residente e domiciliado na Avenida das Américas, 1.155 – Sala 405 – Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; Secretário - **Sr. Nicolas Habib**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 45.953.972-3 e CPF(MF) nº 336.719.558-80, residente e domiciliado para Avenida das Américas, 1.155 sala 405, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **Ordem do Dia: (i)** Alteração da Razão Social, em função da decisão proferida pelo MM Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São, no processo nº 1113802-23.2018.8.26.0100, datada de 25/04/2025 folhas de nº 88000 a 88011, **(ii)** Consolidar o estatuto social em função da decisão judicial, sendo essas as propostas aprovadas por unanimidade.

I – RAZÃO SOCIAL – ALTERAÇÃO

Conforme decisão proferida pelo MM Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São, no processo nº 1113802-23.2018.8.26.0100, datada de 25/04/2025 folhas de nº 88000 a 88011 decretando o Encerramento da Recuperação Judicial, fica suprimido da razão social da empresa as palavras “em Recuperação Judicial”, passado a razão social da empresa ser **SECAR PARTICIPAÇÕES S/A**.

II – CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Em função da alteração estabelecida no item I acima, resolvem consolidar o Estatuto social que passa a ter a redação constante do anexo a presente.

Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata, que lida e achada conforme, vai por todos assinada.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2025

Mesa:

Sergio Habib
Presidente

Nicolas Habib
Secretário

Acionistas:

Sergio Habib

Nicolas Habib

Diretores Eleitos:

Sergio Habib
Diretor Presidente

Nicolas Habib
Diretor

Anexo I
CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL
DA
SECAR PARTICIPAÇÕES S/A

Capítulo I – Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social

Artigo 1º - A SECAR PARTICIPAÇÕES S/A ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei 6.404/76 ("LSA") e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis;

Artigo 2º - A Companhia tem sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 1.155 – Sala 405 – Barra da Tijuca.

Parágrafo Único – Por deliberação da Assembléia Geral e execução da Diretoria poderá ser a sede transferida e, ainda, poderão ser abertas, transferidas ou extintas filiais, escritório ou agências em qualquer ponto do território nacional, ou no exterior.

Artigo 3º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Artigo 4º - A Companhia tem por objeto:

- (a) A administração de negócios e bens próprios, móveis e imóveis; e
- (b) a participação em outras sociedades.

Capítulo II – Do Capital Social e das Ações

Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 136.607.131,57 (Cento e trinta e seis milhões, seiscentos e sete mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e sete centavos), totalmente integralizados e divididos em 5.104 (cinco mil, cento e quatro) ações, sendo 2.552 (duas mil, quinhentos e cinquenta e duas) ordinárias, 2.551 (duas mil, quinhentos e cinquenta e uma) preferenciais e 01 (uma) ação preferencial de classe especial, todas sem valor nominal.

Parágrafo 1º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

Parágrafo Segundo: As ações preferenciais não têm direito de voto, assegurada, no entanto, a percepção e o recebimento prioritário de dividendos mínimos, conforme estipulado no Artigo 23º abaixo.

Artigo 6º - A ação preferencial de classe especial, também chamada de "Golden Share", é emitida em conformidade com as diretrizes do artigo 18, "Caput" e parágrafo único, da LSA, não faz jus ao recebimento de dividendos e confere ao seu titular os direitos e prerrogativas estabelecidos no Artigo 11 abaixo.

Artigo 7º - Todas as ações da Companhia terão a forma nominativa.

Artigo 8º - A ação é indivisível em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Artigo 9º - As ações não serão representadas por cautelas, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas.

Artigo 10 - O acionista que desejar ceder ou transferir suas ações ou direitos de subscrição deverá notificar a Companhia, por escrito, e esta notificará os demais acionistas, para que estes, em conformidade com regras que venham a ser estabelecidas por Acordo de Acionistas da Companhia, eventualmente em vigor e devidamente arquivado na sua sede, possam exercer seus respectivos direitos de preferência.

Artigo 11 – A ação preferencial de classe especial ("Golden Share") confere ao seu acionista detentor o direito de veto acerca das seguintes matérias, deliberadas em Assembleia Geral:

- (a) Reforma ou alteração de qualquer artigo deste Estatuto Social, que se refira ao objeto social da Companhia, ao capital social, suas ações e direitos, à Assembleia Geral e à Administração.
- (b) Autorização para emissão de debêntures e partes beneficiárias;
- (c) Deliberação sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleição e destituição de liquidantes e julgamento de suas contas; e

- (d) Autorização aos administradores para confessar falência e requerer recuperação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Único: A ação preferencial de classe especial conferirá ao seu acionista detentor, além dos direitos estabelecidos no *caput* deste Artigo, o direito de eleger e destituir, em separado, o Diretor sem designação específica da Companhia.

Capítulo III – Das Assembléias Gerais

Artigo 12 – A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e , extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, conforme convocação feita pelo Diretor-Presidente.

Parágrafo Único: A Assembléia Geral será instalada de acordo com as disposições da LSA.

Artigo 13 – As deliberações da Assembléia Geral, respeitadas as classificações de quorum distintas previstas na LSA e no presente Estatuto, incluindo os direitos e prerrogativas do detentor da ação preferencial de classe especial, serão sempre tomadas pelos votos dos acionistas que representem a maioria simples das ações com direito a voto.

Parágrafo 1º - A aprovação das matérias sujeitas ao direito de veto do acionista detentor da Golden Share, elencadas no artigo 11 acima, observará o seguinte procedimento:

- (a) A matéria deverá ser sempre expressamente indicada na ordem do dia, constante da convocação para a Assembléia Geral;
- (b) Após cada manifestação dos acionistas na Assembléia Geral acerca da aprovação ou não das referidas matérias, o Presidente da Assembléia consultará o acionista detentor das Golden Share, contanto que presente à Assembléia ou devidamente representado, para que exerça seu direito de veto ou se manifeste favoravelmente à matéria, dentro do prazo de 30 (trinta) minutos, a contar do repasse da palavra, concedido pelo Presidente; e
- (c) Decorrido o prazo referido no item “(b)” acima, será reconduzida a palavra ao presidente para: (i) informar aos acionistas a obrigação de reconsiderar a deliberação, caso o acionista detentor da Golden Share tenha exercido o seu direito de veto; ou (ii) ratificar a deliberação, caso tal acionista tenha se

manifestado favoravelmente ou não tenha proferido qualquer manifestação no prazo indicado acima.

Parágrafo Segundo: Competirá à Assembléia Geral deliberar sobre todos os assuntos estabelecidos no artigo 122 da LSA.

CAPÍTULO IV – Da Administração da Companhia

Artigo 14 – A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por dois membros, sendo um Diretor-Presidente e o outro Diretor sem designação específica.

Parágrafo 1º - O mandato dos membros da Diretoria será de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 2º - Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse do livro lavrado no Livro de Atas da Diretoria.

Parágrafo 3º - O prazo de gestão dos Diretores se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo 4º - Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos membros da Diretoria, os acionistas deverão se reunir em Assembléia Geral para eleger um novo membro para assumir o cargo pelo tempo restante do mandato de seu antecessor.

Parágrafo 5º - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, as quais deverão ser assinadas pelos Diretores presentes à reunião, ou por seus representantes legais.

Artigo 15 – A Assembléia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração dos membros da Diretoria, a qual será debitada da conta de despesas gerais da Companhia.

Artigo 16 – A Diretoria é o órgão executivo da Companhia. De acordo com as diretrizes da Assembléia Geral e poderes concedidos pelo Estatuto Social, a Diretoria é responsável pela gestão e representação da Companhia e, dessa forma, tem os poderes para realizar todos os atos necessários para tanto.

Artigo 17 – A Diretoria se reunirá por convocação feita por qualquer Diretor, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, por escrito, via e-mail, fax ou carta registrada com aviso de recebimento. Tal convocação será dispensada se todos os Diretores em exercício estiverem presentes à reunião.

Artigo 18 – É de responsabilidade do Diretor-Presidente, além daquelas a ele atribuíveis como membro da Diretoria:

- (a) Convocar, presidir e fazer cumprir as deliberações das Assembléias Gerais;
- (b) Convocar, presidir e executar as deliberações da Diretoria;
- (c) Planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias;
- (d) Representar a Companhia, perante as suas sociedades controladas e coligadas bem como perante todas as sociedades em que a Companhia detiver participação societária, observadas as disposições e avenças de eventuais Acordos de Acionistas, se houve; e
- (e) Exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando suas atividades.

Parágrafo 1º.-A representação ativa ou passiva da Companhia, em atos ou operações relativos ao curso ordinário dos negócios, tais como a execução de títulos de qualquer natureza, notas promissórias, cheques, ordens de pagamento, contratos e, para outorgar aval, penhor, hipotecas, alienação fiduciária, fianças e garantias em geral em nome da Sociedade, indicando seus bens móveis e imóveis, corpóreos e incorpóreos para garantias em seu favor ou de terceiros e, outros documentos que criem qualquer responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que exonere obrigações de terceiros com a Companhia, a representação perante as sociedades das quais a Companhia seja sócia ou acionista, são de responsabilidade e deverão ser realizados: (a) pelo Diretor-Presidente, isoladamente; (b) por dois Diretores, em conjunto; (c) por um Diretor em conjunto com um procurador ou; (d) por dois procuradores, em conjunto.

Parágrafo 2º - A representação perante as Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, incluindo a Secretaria da Receita Federal, Ministério do Trabalho, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), incluindo suas Autarquias, e o recebimento de intimações e autos de infração, o requerimento, a legalização, a assinatura de Termo de Acordo, a defesa, a réplica, a alegação, o levantamento de débitos, a apresentação e retirada de documentos, a assinatura de pedidos de parcelamentos, a apresentação e assinatura de guias em geral, a requisição de certidões e a prestação de declarações, são de responsabilidade e deverão ser

realizados: (a) pelo Diretor-Presidente e pelo Diretor sem designação, isoladamente; (b) por um procurador, isoladamente, devidamente constituído.

Parágrafo 3º - As procurações em nome da Companhia deverão ser outorgadas pelo Diretor-Presidente, isoladamente, ou por ambos os Diretores, em conjunto, e especificar todos os poderes concedidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, o prazo de validade de tais procurações será limitado a 01 (um) ano”.

CAPÍTULO V – Do Conselho Fiscal

Artigo 19 – A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto e/ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto.

Artigo 20 – Caso solicitado sua instalação, os acionistas deverão determinar o número de membros efetivos e igual número de suplentes para compor o Conselho Fiscal. Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembléia Geral após sua instalação.

Artigo 21 – A remuneração dos Conselhos Fiscais será determinada pela Assembléia Geral que os eleger.

Capítulo VI – Do Balanço, Lucros e sua Aplicação

Artigo 22 – O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação comercial e fiscal.

Artigo 23 – Dos lucros líquidos apurados na forma da LSA, serão destinados:

(a) 5% (cinco por cento) do lucro para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20%(vinte por cento) do capital social; e,

(b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro a título de dividendo obrigatório aos acionistas.

Parágrafo 1º - O saldo dos lucros líquidos terá a aplicação que a Assembléia Geral determinar, podendo ser transferido para Reserva de Aumento de Capital ou outra reserva de lucros.

Parágrafo 2º - O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar a Assembléia Geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia e referida Assembléia deliberar a sua não distribuição. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverão ser pagos como dividendos e assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Artigo 24 – Por orientação da Assembléia Geral, a Diretoria poderá levantar balanços intermediários e a Assembléia Geral declarar dividendos à conta de lucros, lucros acumulados ou reserva de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais.

Capítulo VII – Da Liquidação da Companhia

Artigo 25 – A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembléia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período.

Capítulo VIII – Das Disposições Finais

Artigo 26 – A qualquer tempo, a Companhia poderá transformar-se em outra forma jurídica, por decisão da Assembléia Geral.

Artigo 27 – Qualquer disputa relativa a qualquer questão decorrente de interpretação deste Estatuto Social será dirimida por mediação, de conformidade com o Regulamento de Mediação da Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo.

Parágrafo 1º - Qualquer eventual disputa, cuja resolução por mediação não tenha logrado êxito, será definitivamente resolvida por arbitragem, de conformidade com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo, por um ou mais árbitros nomeados de acordo com o mencionado Regulamento.

Parágrafo 2º - A arbitragem será administrada pela Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo e realizar-se-á na Cidade de São Paulo, de acordo com o Regulamento dessa Instituição.

Parágrafo 3º - A decisão arbitral determinará que os custos da arbitragem ou de qualquer procedimento judicial a ela relativo ou dela decorrente, incluindo honorários dos advogados, peritos e árbitros e as custas, deverão ser suportados pela parte vencida. Se as partes decaírem parcialmente de suas pretensões, o Juízo Arbitral

deverá especificar a forma e a proporção de distribuição de tais ônus entre as mesmas.

Parágrafo 4º - Para efeitos de execução de obrigações decorrentes da sentença arbitral, obtida na forma prevista nesta Seção, e para a obtenção de medidas urgentes antes da instauração do Tribunal Arbitral, fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, renunciando as partes a qualquer outro, por mais especial que seja ou possa a vir a ser.

Artigo 28 – Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da LSA.

Capítulo IX – Das Dações em Garantia

Artigo 29. “A Sociedade, conforme representações previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo 1º do artigo 18 do presente Instrumento, está autorizada a outorgar quaisquer garantias em seu favor ou de terceiros, incluindo, mas não se limitando, para outorgar aval, penhor, hipotecas, alienação fiduciária, fianças e garantias em geral em nome da Sociedade, indicando seus bens móveis e imóveis, corpóreos e incorpóreos para garantias em seu favor ou de terceiros.”

Advogado Responsável:

MARIANA RICON SARTORI
OAB/SP nº 277.504

ANEXO I

Boletim de Subscrição de Ações

SECAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 08.987.114/0001-89
NIRE 33.300.283.013

Acionista	Ações Ordinárias Subscritas	Ações Ordinárias Integralizadas	Ações Preferenciais Subscritas	Ações Preferenciais Integralizadas	Ações Preferenciais de Classe Especial Subscritas	Ações Preferenciais de Classe Especial Integralizadas	Forma de Integralização	Valor Total Integralizado
Sergio Habib	2551	---	2551	---	01	---	Moeda corrente	R\$ 136.580.366,85
Nicolas Habib	01	---	---	---	---	---	Moeda corrente	R\$ 26.764,72
Total	2552	---	2551	---	01	---	--	R\$ 136.607.131,57

SERGIO HABIB

NICOLAS HABIB

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA SECAR PARTICIPAÇÕES S/A, NIRE 33.3.0028301-3, PROTOCOLO 2025/00655648-0, ARQUIVADO EM 02/07/2025, SOB O NÚMERO (S) 00007060289, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
<input checked="" type="checkbox"/> 006.315.928-73	SERGIO HABIB
<input checked="" type="checkbox"/> 336.719.558-80	NICOLAS HABIB
<input checked="" type="checkbox"/> 289.086.648-31	MARIANA RICON SARTORI

02 de julho de 2025.



Gabriel Oliveira de Souza Voi
Secretário Geral